

## Democracia e Judiciário

### As eleições judiciais na Bolívia: um breve balanço.

*Clayton M. Cunha Filho*

Com a entrada em vigor da nova Constituição Política do Estado em 2009, a Bolívia se converteu no primeiro e até agora único país da região a eleger por meio de sufrágio direto os magistrados de suas cortes superiores. De acordo com a carta magna, passariam a ser eleitos os magistrados e conselheiros, além de seus suplentes do Tribunal Constitucional Plurinacional (TCP), Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), Tribunal Agroambiental (TA) e Conselho da Magistratura (CM), sendo sete titulares para o TCP, nove para o TSJ, sete para o TA e cinco para o CM, com igual número de suplentes respectivamente.

No dia 16 de outubro, o país concluiu sua transição ao novo sistema com a realização das eleições para o provimento dos cargos judiciais. Mas o que segundo o texto constitucional deveria ter sido uma eleição técnica e não politizada acabou se convertendo numa tentativa por parte da oposição de medir forças com o governo. Segundo a Constituição, deveria caber ao Legislativo uma pré-seleção dos candidatos em procedimento regulamentado por lei aprovada em maio. Mas durante a pré-seleção

congressual que definiu os 116 candidatos que concorreram dentre os mais de 400 que se inscreveram, a oposição passou a acusar o governo de beneficiar candidatos ligados ao partido governista Movimento Ao Socialismo (MAS), o que seria proibido já que a lei eleitoral proíbe a participação de filiados a partidos na disputa pelos cargos judiciais. Setores da imprensa, por sua vez, também vinham criticando as eleições devido às restrições à propaganda dos candidatos. Com o intuito de torná-la técnica, a lei eleitoral definiu que o Órgão Eleitoral Plurinacional seria o único encarregado de elaborar material informativo sobre os candidatos e fornecê-lo para difusão à imprensa, o que valeu ao regulamento críticas por supostamente cercear a liberdade de expressão.

Embora o governo tenha negado veementemente, a oposição – composta pelos partidos Unidade Nacional (UN), Plano Para a Bolívia-Convergência Nacional (PPB-CN), Aliança Social (AS) e os ex-aliados do Movimento Sem Medo (MSM) – passou a tentar obstruir os trabalhos legislativos referentes às eleições judiciais. A hegemonia do MAS na Câmara e Senado, no entanto, garantiu o fracasso das tentativas de obstrução e a aprovação dos regulamentos e seleção de candidatos. A oposição passou desde

então a realizar campanhas de boicote e voto nulo às eleições.

A situação se agravou para o governo, no entanto, devido ao fato de que no meio tempo entre a definição dos candidatos e a realização das eleições eclodiu o conflito entre o governo e povos indígenas do oriente em torno da construção de uma estrada através do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS)<sup>1</sup>. Os indígenas realizaram uma marcha que partiu de Trinidad rumo a La Paz no dia 15 de agosto e a oposição aproveitou-a para capitalizar no descontentamento dos indígenas frente ao governo, oferecendo-lhes apoio e misturando os temas freqüentemente como prova do suposto autoritarismo do MAS. Especialmente após a repressão policial aos marchistas em 25 de setembro, o clima político do governo deteriorou-se bastante e a oposição ganhou confiança rumo ao boicote das eleições judiciais, passando a alardear que os votos nulos superariam os votos válidos e que isto seria uma derrota do governo, o que era sempre negado por este.

Ao chegar o dia das eleições, o comparecimento às urnas foi considerado normal, mas pesquisas de boca-de-urna davam conta de que

o número de votos brancos e nulos seria de fato elevado. A oposição celebrou e o governo tentou sempre minimizar os resultados, afirmando que não se tratava de confronto partidário, mas sim de eleições técnicas para o preenchimento de cargos de órgãos não ideológicos. Além disso, atribuiu a erros derivados do elevado número de candidatos e cargos em disputa e à complexidade da cédula de votação parte dos votos nulos registrados.

No dia 10 de novembro, o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) divulgou os resultados finais e a lista de eleitos (ver **Tabela 1**). Houve cerca de 50% de votos nulos e cerca de 10% de votos em branco no cômputo nacional, que variaram de acordo com o cargo em disputa e com o departamento (ver **Tabela 2**). Votos inválidos foram maiores nas regiões do oriente boliviano, onde a oposição tem maior presença, o que dá credibilidade às declarações dos opositores de que sua campanha foi bem-sucedida, mas essa certamente é apenas uma parte da história, já que os argumentos do governo não deixam de fazer também sentido.

A cédula de votação era de fato imensa e complexa, com os nomes e fotos de cada um dos 116 candidatos. Cada eleitor deveria assinalar um voto para cada um dos quatro órgãos em disputa, sendo os candidatos do TCP,

---

<sup>1</sup> Ver: CUNHA FILHO, Clayton M. "Evo Morales, o conflito dos TIPNIS e as dificuldades de se articular uma nação". Observatório Político Sul-Americano. *Boletim OPISA*, n.03, julho/setembro 2011.

TA e CM eleitos em circunscrição nacional e os do TSJ em circunscrição departamental de lista dupla, uma com os candidatos homens, e outra com as candidatas.

Como os votos nulos e brancos foram contabilizados de maneira independente por cada cargo em

disputa, em vez de anular a cédula inteira em caso de rasura em apenas uma ou mais partes, a diferença nos percentuais de votos inválidos entre os diversos cargos em uma mesma localidade indicam que parte dos mesmos deva ser fruto, de fato, de erro e desinformação.

**Tabela 1: Titulares e Suplentes Eleitos em 16 de Outubro de 2011**

<b>Conselho da Magistratura:</b>	<b>Tribunal Agroambiental:</b>	<b>Tribunal Constitucional Plurinacional:</b>	<b>Tribunal Supremo de Justiça:</b>
Cristina Mamani	Bernardo Huarachi	Gualberto Cusi	Rita Susana Nava (Chuquisaca)
Freddy Sanabria	Deysi Villagomez	Efren Choque	Maritza Suntura (La Paz)
Wilma Mamani	Gabriela Armijo	Lígia Monica Velásquez	Fidel Tortoya (Cochabamba)
Roger Triveño	Javier Peñafiel	Mirtha Camacho	Romulo Calle (Oruro)
Ernesto Aranibar	Juan Soto	Ruddy Flores	Pastor Mamani (Potosí)
	Lucio Fuentes	Neldy Andrade	Antonio Campero (Tarija)
	Paty Yola Paucaro	Soraida Rosario Chanez	Jorge Von Borries (Santa Cruz)
			Gonzalo Hurtado (Beni)
			Norka Mercado (Pando)
<b>Suplentes:</b>	<b>Suplentes:</b>	<b>Suplentes:</b>	<b>Suplentes:</b>
Wilber Choque Cruz	Isabel Ortuño Ibañez	Macario Lahor Cortez	Javier Medardo Serrano (Chuquisaca)
Magdalena Teodora	Lidia Chipana Chirinos	Milton Hugo Mendoza	William Eduard Alave (La Paz)
Alanoca Roxana	Mario Pacosillo Calsina	Juan Oswaldo Valencia	Maria Lourdes Bustamante (Cochabamba)
Orellana Mercado	Katia Lilia Lopez	Blanca Isabel Alarcon	Ana Adela Quispe (Oruro)
Emilio Osvaldo Patiño	Javier Aramayo Caballero	Carmen Silvana Sandoval	Elisa Sanchez Mamani (Potosí)
Juan Orlando Rios Luna	Miriam Gloria Pacheco	Edith Vilma Oroz	Carmen Nuñez Villegas (Tarija)
	Rommy Colque Ballesteros	Zenon Hugo Bacarreza	Maria Arminda Rios (Santa Cruz)
			Silvana Rojas Panoso (Beni)
			Delfin Humberto Betancourt (Pando)

Fonte: Órgão Eleitoral Plurinacional da Bolívia - <http://www.oep.org.bo/>

Logo após as eleições, o presidente Evo Morales já havia reconhecido que o processo de difusão das candidaturas e da maneira de votação havia sido insuficiente e diversas pesquisas de opinião realizadas nos meses prévios ao pleito davam conta de elevados níveis de

desconhecimento por parte da população sobre os candidatos e como votar. De qualquer modo, embora os resultados tenham causado certo embaraço ao governo, no contexto dos conflitos em torno do TIPNIS esse certamente foi o menor de seus problemas

**Tabela 2: Participação Eleitoral e Validação de Votos**

		<b>Votos Emitidos (% dos inscritos)</b>	<b>Válidos (% dos votos emitidos)</b>	<b>Nulos (% dos votos emitidos)</b>	<b>Branco (% dos votos emitidos)</b>
<b>Chuquisaca</b>	<b>TA:</b>	77,61%	41,33%	42,07%	16,60%
	<b>CM:</b>	77,57%	40,61%	41,25%	18,14%
	<b>TCP:</b>	77,69%	40,96%	43,81%	15,24%
	<b>TSJ H:</b>	75,72%	37,88%	37,27%	24,85%
	<b>TSJ M:</b>	77,58%	39,21%	36,86%	23,93%
<b>La Paz</b>	<b>TA:</b>	83,70%	47,96%	38,29%	13,76%
	<b>CM:</b>	83,67%	50,01%	38,49%	11,51%
	<b>TCP:</b>	83,69%	48,93%	40,07%	11,00%
	<b>TSJ H:</b>	83,38%	41,79%	35,10%	23,11%
	<b>TSJ M:</b>	83,41%	41,75%	34,48%	23,77%
<b>Cochabamba</b>	<b>TA:</b>	81,50%	47,74%	39,52%	12,74%
	<b>CM:</b>	81,51%	46,23%	38,57%	15,20%
	<b>TCP:</b>	81,53%	46,67%	40,74%	12,59%
	<b>TSJ H:</b>	81,24%	43,96%	34,65%	21,39%
	<b>TSJ M:</b>	81,31%	43,34%	34,32%	22,34%
<b>Potosí</b>	<b>TA:</b>	77,14%	45,93%	34,09%	19,97%
	<b>CM:</b>	77,07%	43,89%	33,51%	22,60%
	<b>TCP:</b>	77,10%	44,74%	36,62%	18,64%
	<b>TSJ H:</b>	76,49%	43,10%	28,87%	28,03%
	<b>TSJ M:</b>	76,82%	42,19%	28,55%	29,26%
<b>Tarija</b>	<b>TA:</b>	76,10%	33,60%	47,42%	18,98%
	<b>CM:</b>	76,09%	31,22%	46,66%	22,12%
	<b>TCP:</b>	76,15%	32,33%	49,04%	18,62%
	<b>TSJ H:</b>	75,75%	32,48%	39,60%	27,92%
	<b>TSJ M:</b>	75,41%	29,70%	39,95%	30,35%
<b>Santa Cruz</b>	<b>TA:</b>	75,90%	32,89%	52,46%	14,65%
	<b>CM:</b>	75,65%	31,59%	52,03%	16,38%
	<b>TCP:</b>	75,82%	32,64%	53,34%	14,02%
	<b>TSJ H:</b>	72,53%	30,00%	47,27%	22,73%
	<b>TSJ M:</b>	70,08%	30,25%	46,77%	22,98%
<b>Beni</b>	<b>TA:</b>	72,78%	27,32%	51,89%	20,79%
	<b>CM:</b>	72,49%	25,62%	51,04%	23,34%
	<b>TCP:</b>	72,67%	25,14%	52,34%	22,52%
	<b>TSJ H:</b>	70,78%	29,51%	43,14%	27,35%
	<b>TSJ M:</b>	69,72%	28,69%	43,84%	27,47%

		<b>Tabela 2 (cont.)</b>			
		<b>Votos Emitidos (% dos inscritos)</b>	<b>Válidos (% dos votos emitidos)</b>	<b>Nulos (% dos votos emitidos)</b>	<b>Branco (% dos votos emitidos)</b>
<b>Pando</b>	<b>TA:</b>	73,69%	33,41%	47,81%	18,79%
	<b>CM:</b>	73,66%	31,88%	47,10%	21,02%
	<b>TCP:</b>	73,81%	31,89%	48,19%	19,92%
	<b>TSJ H:</b>	72,10%	39,74%	41,31%	18,95%
	<b>TSJ M:</b>	71,40%	39,85%	41,14%	19,00%

TA: Tribunal Agroambiental; CM: Conselho da Magistratura; TCP: Tribunal Constitucional Plurinacional; TSJ H: Tribunal Superior de Justiça, lista de candidatos homens; TSJ M: Tribunal Superior de Justiça, lista de candidatas mulheres.

Fonte: Órgão Eleitoral Plurinacional da Bolívia - <http://www.oep.org.bo/>

E ainda que inicialmente a oposição tenha declarado que os candidatos eleitos seriam ilegítimos pelo caráter limitado de seu respaldo popular, pedindo que fosse cancelada a eleição, a ausência de qualquer embasamento legal para essa demanda fez com que ela fosse ignorada tanto pelo governo, quanto pelo TSE.

O presidente do órgão eleitoral, Wilfredo Ovando, anunciou que o órgão dará posse aos novos magistrados normalmente em janeiro de 2012 conforme previsto. Já o governo, por sua vez, anunciou que irá trabalhar para aprovar ainda antes da posse uma Lei de Transição Judicial, regulamentando a posse dos novos magistrados e os procedimentos para a liquidação dos processos pendentes na justiça. Uma das propostas em discussão é que os magistrados eleitos para a suplência

dos cargos se ocupem dos processos judiciais antigos até sua total conclusão, enquanto os magistrados titulares se ocupariam dos novos litígios. Se concretizada, seria uma solução criativa e com o potencial de desafogar um pouco o judiciário boliviano, sobrecarregado pela paralisia de suas cortes superiores entre 2007 e 2010 por falta de quórum decorrente de sucessivas renúncias e afastamentos de magistrados e da falta de acordo entre governo e oposição para nomear substitutos no período.

#### Referências Bibliográficas

CUNHA FILHO, Clayton M. "Evo Morales, o conflito dos TIPNIS e as dificuldades de se articular uma nação". Observatório Político Sul-Americano. *Boletim OPISA*, n.03, julho/setembro 2011.

## Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. *Banco de eventos*. Disponível em: [www.opsa.com.br](http://www.opsa.com.br)

### Instituições e Processos Políticos

#### Três pré-candidatos concentram preferências em primárias da oposição na Venezuela

*Fidel Pérez Flores*

Em novembro registraram-se formalmente seis pré-candidaturas para a eleição primária da plataforma de partidos e organizações de oposição organizada em torno da Mesa de Unidade Democrática (MUD). Com o apoio do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), a plataforma opositora realizará uma eleição primária aberta a todos os cidadãos em 12 de fevereiro de 2012. A formação de subcoalizões e as pesquisas disponíveis até hoje revelam que a disputa pela preferência do eleitor opositor se concentrará em três candidatos: Henrique Capriles Radonski, do partido Primeiro Justiça (PJ); Pablo Pérez, do partido Um Novo Tempo (UNT); e Leopoldo López, do partido Vontade Popular (VP). Cada um deles conseguiu apoio de outras forças relevantes dentro da MUD, o que

permite desenhar um mapa da força relativa de cada uma dessas opções.

Ao longo do último ano, as pesquisas deram uma vantagem consistente a Henrique Capriles Radonski entre as preferências dos eleitores que se opõem à reeleição do presidente Hugo Chávez. Capriles é governador do estado Miranda, em cujo território se localizam quatro dos cinco municípios da área metropolitana de Caracas. Ele foi parte do grupo que fundou o partido Primeiro Justiça em 2000, afirmando na sua declaração doutrinária a centralidade do mercado e a livre iniciativa de empreendedores privados como motor da economia. Esse viés pró-empresarial, entretanto, não impediu a Capriles costurar alianças pragmáticas com uma fração importante dos partidos de esquerda que criaram em abril de 2011 a Frente Progressista pela Mudança. Assim, na base de apoio ao pré-candidato de Primeiro Justiça (PJ) encontra-se também o partido Pela Democracia Social (Podemos), o partido Causa Radical (LCR) e Vanguarda Popular. Facções relevantes do partido Movimento ao Socialismo e do partido Pátria Para Todos (PPT) também declararam apoio a Capriles. No caso do PPT, esse apoio havia sido votado em uma assembléia partidária que foi contestada por uma facção do partido, iniciando assim um conflito interno que motivou uma resolução da justiça eleitoral que impediu à cúpula do